

# 1ª 2ª e 3ª Conferências Nacionais das Cidades

A Política Urbana brasileira vivencia um contexto de mudanças significativas nos últimos 7 anos. Portanto, é importante reconhecer que a política urbana e a construção de cidades democráticas e inclusivas vêm sendo um dos grandes desafios do âmbito da gestão pública.

A construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano está fundamentada no reconhecimento, pelo governo, de que a participação na elaboração e execução das políticas é direito dos cidadãos.

A implantação e o fortalecimento do processo de conferências e conselhos têm como princípios a participação e controle social, uma forma contínua de aproximar as ações dos governos à realidade da população.

O Conselho das Cidades, no âmbito nacional, tornou-se um espaço dinâmico de debates e recomendações, que tem contribuído para a implementação das deliberações das 1ª, 2ª e 3ª Conferências e da Política de Desenvolvimento Urbano.

As Conferências Nacionais das Cidades, realizadas em 2003, 2005 e 2007, contaram respectivamente com 3.457, 3.120 e 3.277 Conferências Municipais e 2.095, 1.820 e 2.040 delegados, dos 26 Estados e Distrito Federal. As Conferências Municipais das Cidades vêm aumentando de número a cada ano, produzindo intenso debate, o que possibilitou a construção de ações voltadas para uma gestão participativa, no âmbito do desenvolvimento urbano.

A 1ª Conferência Nacional das Cidades estabeleceu parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Urbano com propostas de integração das políticas setoriais, dos princípios para a construção do Direito à Cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade, combate à segregação sócio-espacial, acesso universal à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte público e acessibilidade, gestão descentralizada e democrática, acesso à informação, participação social na formulação, decisão, implementação e avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento urbano.

Na 2ª Conferência nacional das Cidades foi aprovado o princípio da gestão democrática, da participação e do controle social como uma das diretrizes da política de planejamento urbano. Ainda aprovou-se a estruturação e os instrumentos da política regional e metropolitana.

Já na 3ª Conferência Nacional das Cidades os temas considerados fundamentais foram os de avançar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, construir Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e a criação de uma Política de Regularização Fundiária e de uma Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

<b>Gestão democrática:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovou a criação e constituição do Conselho das Cidades;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovou a sistemática de realização de Conferências municipais, estaduais, no Distrito Federal e nacional;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovou os princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.</li> </ul>
<b>Habitação:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O princípio da moradia digna como direito humano apontou a necessidade de redução do déficit habitacional, a urgência na aprovação da Lei do Sistema e do Fundo nacional de Habitação de Interesse Social e a reorientação dos investimentos públicos para o atendimento da população com renda de até 5 salários mínimos.</li> </ul>
<b>Saneamento Básico:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabeleceu como princípio “Saneamento Básico como direito Humano e como política urbana e determinante de saúde”;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretrizes: universalização dos serviços;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidou o conceito de que o Saneamento Básico é composto por: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendou a integração das ações de saneamento, dispersas no âmbito do governo federal;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição da titularidade pública do Saneamento Básico.</li> </ul>
<b>Transporte e Mobilidade:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definiu conceito de Mobilidade Urbana, com o objetivo de democratizar os espaços públicos e garantir o acesso à cidade;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabeleceu como prioridade os meios de transporte coletivos e os de circulação não motorizados;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovou as diretrizes para a construção da Política Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.</li> </ul>
<b>Planejamento Urbano:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reafirmou os princípios, conceitos e instrumentos do estatuto da Cidade;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definiu diretrizes para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio de Planos Diretores Participativos e gestão democrática.</li> </ul>
<b>Gestão democrática:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Conselho das Cidades atuou para a implementação dos princípios e de diretrizes</li> </ul>

recomendados para a PNDU, estabelecidas nas conferências municipais, estaduais, do DF nacional.

**Habitação:**

- Propôs a regulamentação do FNHIS;
- Foram priorizados a regularização fundiária, a prevenção da ocupação de risos e o enfrentamento dos problemas habitacionais nas regiões metropolitanas.

**Saneamento básico:**

- Definição do marco regulatório do Saneamento;
- Reafirmação da importância do que os serviços de Saneamento sejam prestados por entes públicos;
- Diretriz para elaboração de políticas municipais de Saneamento integradas aos Planos Diretores;
- Contribuiu para a regulamentação da Lei de Consórcios Públicos.

**Transporte e Mobilidade:**

- Propôs a importância da mobilidade urbana intermodal e integrada e a revitalização do sistema ferroviário;
- Enfatizou a necessidade de ampliação dos investimentos no setor.

**Planejamento Urbano:**

- Referendou a campanha Nacional do Plano Diretor Participativo;
- Propôs a capacitação do setor público e da sociedade civil para o planejamento e gestão participativa;
- Recomendou diretrizes para as políticas integradas nas regiões metropolitanas;
- Reafirmou a importância dos instrumentos do estatuto da Cidade para acesso à terra urbanizada.

**Gestão democrática:**

- O Conselho das Cidades foi o protagonista da organização da Conferência, fazendo cumprir sua competência de convocar e organizar as Conferências das Cidades (Decreto nº 5.790/2006).

**Habitação:**

- Criação do Programa de Habitação de Interesse Social, para o apoio à produção social da moradia, no âmbito do Conselho Gestor do FNHIS;
- Estabeleceu critérios para a priorização de repasse de recursos por faixa de renda;
- Propôs a elaboração do PLANHAB;
- Propôs garantir assistência técnica pública e gratuita de arquitetura, engenharia, na área de assistência social jurídica, para a população de baixa renda.

**Saneamento básico:**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à elaboração e implementação de Políticas e Planos de Saneamento;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a elaboração participativa da Política e Plano de Saneamento, integrando o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicou como diretriz o apoio aos estados, DF e municípios na implementação da Lei nº 11.445/2007;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs o fortalecimento da gestão local de serviços de Saneamento;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a ampliação de recursos para Saneamento Básico.</li> </ul>
<p><b>Transporte e Mobilidade:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reafirmou a promoção do transporte público integrado nos diversos modos com acessibilidade universal, respeitando as diversidades regionais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a política de integração de meios de transporte nas regiões metropolitanas, priorizando o transporte sobre trilhos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendou o barateamento das tarifas de transporte público.</li> </ul>
<p><b>Planejamento Urbano:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a elaboração de Planos Regionais participativos de Desenvolvimento Urbano;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referendou a participação social na elaboração e implementação dos planos diretores;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a definição de mecanismos e programas para comunidades em áreas de risco geológico;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a criação de uma Política de Regularização Fundiária, articulada nas três esferas de Governo, a fim de viabilizar a moradias às famílias de baixa renda;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propôs a criação de uma Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.</li> </ul>

<p><b>Gestão democrática:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida e lenta implementação dos Conselhos das Cidades em estados e Municípios;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade na implementação da Política nacional de Desenvolvimento urbano;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitada discussão e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de Integração das ações das Políticas de Habitação, Transporte e Mobilidade, Saneamento e Planejamento Urbano;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caráter não deliberativo do Conselho das Cidades.</li> </ul>
<p><b>Habitação:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto grau de exigências legais e burocráticas que retardam a liberação de recursos para a população de até 05 salários mínimos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de apoio dos Poderes executivos, nos níveis estaduais e municipais, na implementação das políticas;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa capacidade institucional nos municípios e estados para o cumprimento da PNHS;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conclusão e implementação do PLANHAB.</li> </ul>
<p><b>Saneamento básico:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzido apoio do Poder Executivo na implementação dos Planos de Saneamento Básico;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A transferência da prestação dos serviços de saneamento básico ao setor privado dificulta a universalização dos serviços.</li> </ul>
<p><b>Transporte e Mobilidade:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Escassez de recursos para a implementação da Política;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa implementação de política de transporte de qualidade e adequação tarifária social;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A plena implementação da Lei de Acessibilidade em todos os municípios (Lei nº 10.098/00)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa fiscalização e controle social da adequação às medidas referentes aos transportes públicos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Morosidade na tramitação para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.687/07, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.</li> </ul>
<p><b>Planejamento Urbano:</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitação dos recursos orçamentários disponíveis para a implementação das políticas de apoio à elaboração de Planos Diretores Participativos, Regularização Fundiária, Prevenção de Riscos e Reabilitação de Áreas Centrais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Limitação dos recursos orçamentários necessários para a realização de uma ampla campanha de capacitação de técnicos municipais e lideranças comunitárias voltada para a implantação nos municípios dos instrumentos do Estatuto da Cidade;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldades para implementação efetiva, por parte dos municípios, dos instrumentos do estatuto das Cidades associadas à falta de capacitação e articulação dos agentes locais interessados na reforma urbana;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldades para elaboração de uma proposta de gestão metropolitana ou regional que considere os desafios da participação democrática e integração das políticas setoriais.</li> </ul>